

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel — SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro — REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Lóris Cordelero de Barros — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quilse Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 1.74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo ao disposto nos termos do parágrafo primeiro, do Art. 293, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, faz saber a MARIA MADALENA COLAÇO DE MATOS, ocupante do cargo de nível PL "19", de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, que tendo sido verificado o seu não comparecimento no serviço por trinta (30) dias consecutivos, fica pelo presente EDITAL DE CHAMAMENTO, pelo prazo de vinte (20) dias contados de sua primeira publicação, convidado a justificar devidamente o seu não comparecimento ou fazer prova de que o mesmo se funda em motivo de força maior ou coação ilegal sob pena de dispensa por abandono de cargo nos termos do Art. 293, da já citada Lei.

E para que não alegue ignorância, é expedido o presente EDITAL DE CHAMAMENTO, que será publicado nos Diários da Assembleia e Oficial do Estado Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de agosto de 1974.

(2) Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral
(3 vs. — 2.a)

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 142.ª Sessão Ordinária
Realizada em 28 de Agosto de 1974 - (Quarta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Haroldo Bianchi.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Mugaleti Filho — David Pedernann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Coldar — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quilse Crisóstomo e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Aguiinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Arizone Araújo — Fabiano Braga Cortes — Ivo Rocha — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM — 49/74

Curitiba, 9 de agosto de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio celebrado em 4 de julho de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado naquela cidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

— Estado do Paraná —

CONVENIO

O Governo do Estado do Paraná e o Município de Ponta Grossa, neste ato representados, respectivamente, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes, e Prefeito Municipal, Engenheiro Luiz Gonzaga Pinto, este devidamente autorizado pela Lei n.º 2.568, de 19 de novembro de 1973, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 19, inciso VI, da Lei Complementar n.º 2, de 18-06-73, Lei Orgânica dos Municípios, e considerando a autorização governamental de 26-05-74, publicada no Diário Oficial n.º 85, firmam o presente Convênio, que tem por objetivo a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado em Ponta Grossa, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA

O Município de Ponta Grossa compromete-se a:

a) — destinar, para uso e emprego exclusivo do Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado em Ponta Grossa, os veículos, acessórios e equipamentos exigidos pelo plano de segurança da área, respeitadas em quaisquer casos as especificações técnicas do Corpo de Bombeiros da PMEP;

b) — ceder ao Grupamento do Corpo de Bombeiros da PMEP, áreas e instalações prediais indispensáveis e condizentes às necessidades de alojamento de pessoal, administração e material de Postos de Bombeiros no Município;

c) — adequar e manter em perfeito funcionamento a rede de hidrantes do perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa, segundo prescrições ditas ou aconselhadas por órgão reconhecidamente técnico no assunto;

d) — arcar com as despesas de aquisição, manutenção, renovação dos meios materiais, bem como as despesas de projetos técnicos destinados a prover a segurança contra incêndios da área do Município, e com as instalações e demais imóveis colocados à disposição do Grupamento do Corpo de Bombeiros da PMEP, sediado em Ponta Grossa;

e) — implantar nas Posturas Municipais ou diplomas legais equivalentes, dispositivos reguladores e necessários à Prevenção Contra Incêndios, segundo especificação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

SEGUNDA

O Estado do Paraná compromete-se a:

a) — manter, sem solução de continuidade, dentro dos padrões recomendados pela técnica e enquanto prevalecer este Convênio, um Grupamento de Fogo no Município de Ponta Grossa;

b) — incluir pessoal em número e condições exigidas pela ativação de um Grupamento de Fogo com seus respectivos Grupos, na área urbana do Município de Ponta Grossa, segundo planejamento elaborado pelo Corpo de Bombeiros, devidamente aprovado pelos setores competentes;

c) — formar o pessoal incluído, mantendo ainda em constante desenvolvimento, um programa de adestramento e especialização de seus efetivos;

d) — fornecer todo o equipamento individual e fardamento que se fizer necessário ao pleno exercício das atividades de Segurança Contra Incêndios;

e) — manter, em caráter permanente, na área de Ponta Grossa, em número e qualificações exigidos pelo plano de ativação de postos, pessoal de seus próprios quadros;

f) — oferecer toda a assistência médico-hospitalar aos componentes do Grupamento e seus familiares;

g) — remanejar os componentes do Grupamento que por condições de saúde, motivos de ordem disciplinar ou inadaptação profissional, não atendam às exigências do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Prestação de Socorros Públicos;

h) — manter na área de Ponta Grossa todo o patrimônio que por força deste Convênio tem seu uso cedido ao Corpo de Bombeiros, impedindo sua aplicação em serviços e missões diversas daquelas a que se destinam;

i) — oferecer ao Município todo o assessoramento necessário ao trato de assuntos relativos à Segurança Contra Incêndio;

j) — promover, através dos elementos destacados no Corpo de Bombeiros, campanhas e serviços desenvolvidos diretamente junto à população, por meio de entrevistas, palestras, visitas domiciliares, cursos ou outras formas efetivas de orientação e prevenção e a segurança contra incêndios;

l) — emitir pareceres técnicos, através do setor competente, em todos os projetos que, por força de sua natureza e da legislação, devam ser submetidos àquele procedimento

TERCEIRA

Ac Estado fica assegurado o pleno direito de movimentação, alteração e constituição do quadro de pessoal componente do Grupamento destacado em Ponta Grossa, sob o Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

QUARTA

Ao Estado caberá a responsabilidade do pagamento dos soldos e demais vantagens previstas na legislação da Polícia Militar do Estado do Paraná, alimentação e previdência dos elementos do Grupamento do Corpo de Bombeiros, sediado em Ponta Grossa.

QUINTA

O prazo deste Convênio será por tempo indeterminado, devendo ser referendado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Câmara Municipal de Vereadores de Ponta Grossa.

SEXTA

O Município de Ponta Grossa poderá firmar convênios com outros Municípios integrantes da região, mediante participação financeira, para prestação de serviços de prevenção e segurança contra incêndios.

SÉTIMA

O Estado do Paraná e o Município de Ponta Grossa poderão denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, desde que a parte denunciante manifeste, por escrito, com prazo mínimo anterior de 180 (cento e oitenta) dias, a inadimplência da parte denunciada.

OITAVA

O presente Convênio entrará em vigor após sua homologação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Câmara Municipal de Vereadores de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 4 de julho de 1974.

a) MARIO CARNEIRO PORTES

Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública

a) LUIZ GONZAGA PINTO

Prefeito Municipal de Ponta Grossa

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 50/74

Curitiba, 9 de agosto de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Termo de renovação de Convênio celebrado em 4 de março de 1974, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, objetivando a realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

— Estado do Paraná —

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

— Seccional Jurídica —

Renovação de Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — através do Setor Paraná da Coordenação Regional VII, para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná.

Aos 4 (quatro) dias, do mês de março do ano de 1974 (um mil novecentos e setenta e quatro), no Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, em Curitiba, presentes os Srs. Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário desta Pasta, e o Dr. Ernani Guimarães Fernandes da Motta, Superintendente da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, deliberaram assinar o presente Convênio, através da Secretaria de Estado dos Negócios

da Saúde Pública — a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, visando acelerar a execução de medidas profiláticas indicadas no combate às Endemias durante no Paraná, conforme a autorização Governamental, exarada no Protocolo sob n.º 490, de 14 de janeiro de 1974, da SSP e n.º 1.052, de 7 de fevereiro de 1974, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado, sob n.º 41, de 20 de abril de 1974.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, — SUCAM — realizará por intermédio de seu Setor do Estado do Paraná, da Coordenação Regional VII, durante o ano de 1974, as seguintes atividades: a) — Campanha contra a Doença de Chagas; b) — Campanha contra a Malária; c) — Campanha contra a Esquistossomose; d) — Campanha contra a Febre Amarela; e) — Campanha contra a Tracoma; f) — Campanha contra o Bócio Endêmico; g) — Campanha contra a Verminiose; h) — Campanha contra a Varíola; i) — Campanha de Educação Sanitária.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Caberá ao Setor Paraná de Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, contribuir para os trabalhos das Campanhas com pessoal técnico, administrativo, de laboratório de campo, motoristas, mecânicos e ainda, veículos, bombas aspersoras peças e acessórios para veículos, combustíveis, lubrificantes, uniformes, impressos, inseticidas, moluscocidas, medicamentos, material de limpeza e expediente e diárias de alimentação e pousada para movimentação de todo o pessoal de campo e de supervisão.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, contribuirá para a execução do programa de combate a Endemias, com a importância mensal de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), perfazendo o total anual de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), para atender as despesas de qualquer natureza no combate a endemias, Setor Paraná, correndo as despesas pela Dotação da Atividade 3201 — 0101 — 1004 — Assessoramento Superior — Dotação da Unidade Executora 3201 — Gabinete do Secretário — Verba 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos — Subconsignação 3.1.0.17 — Acordos e Convênios, empenhada na Contadoria Geral do Estado sob n.º 961 e na Contadoria Seccional, desta Pasta, sob n.º 117, no que se refere ao presente exercício.

CLÁUSULA QUARTA:

O presente Convênio entrará em vigor a 1.º de janeiro, até 31 de dezembro de 1974, podendo ser renovado e atualizado para os exercícios subsequentes.

CLÁUSULA QUINTA:

A Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, poderá contribuir também com pessoal, material e veículo para o bom andamento dos trabalhos das campanhas.

CLÁUSULA SEXTA:

A comprovação dos recursos recebidos, será feita diretamente pelo Setor Paraná, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, sendo os comprovantes das despesas quitadas em nome do Setor Paraná, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo ou por uma das partes, cessando a sua vigência só após 60 (sessenta) dias, da data da comunicação.

E por haverem assim justo e contratado o presente Termo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário e o Superintendente da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e demais testemunhas.

a) DR. IVAN B. FONTOURA

Secretário de Saúde Pública

a) DR. ERNANI GUIMARAES F. MOTTA

Superintendente da SUCAM

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 51/74

Curitiba, 12 de agosto de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa estabelecer normas de amparo e preservação da saúde da comunidade no Estado — "Código Sanitário".

2. A proposição constante do Plano da Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembleia Legislativa, consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois objetiva atualizar, sob o aspecto legal e técnico, as atividades do Poder Público no setor sanitário, fato que, sem nenhuma dúvida, virá ensejar à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, as condições necessárias no sentido de que aquela Pasta execute em toda plenitude possível a sua importante missão.

Por outro lado, comunico a Vossa Excelência que, face o encaminhamento do anexo plano de lei a exame desse Poder Legislativo, poderá ser determinado o arquivamento da Mensagem n.º 17/67, de 8-5-67, que cuida de matéria idêntica e que se encontra em tramitação nessa Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

CÓDIGO SANITÁRIO

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º — Todos os assuntos pertinentes à saúde da comunidade no Estado serão regidos pelas disposições contidas nesta Lei, no Ato que a regulamentar e nas Normas Técnicas Especiais a serem baixadas pela Secretaria de Saúde Pública, obedecendo, no que couber, à legislação federal vigente.

Art. 2.º — O regulamento e as normas mencionadas no artigo anterior serão elaborados visando zelar pela saúde e bem-estar da população.

Parágrafo Único — A aplicação das medidas cuja natureza tenha por finalidade o bem-estar coletivo, constitui dever não só do Estado mas também da família e do indivíduo.

Art. 3.º — A Secretaria de Saúde Pública incumbe pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas que visem a promoção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar, na es-

fera pública ou privada, estudos e programas sobre problemas médico-sanitários no Estado.

Art. 4.º — A Secretaria de Saúde Pública estimulará, orientará e fiscalizará a ação da iniciativa privada na promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1.º — O Estado, por seu órgão competente, mediante acordos, protocolos e ou convênios, poderá subvencionar instituições particulares que se dediquem à atividade relacionada com saúde pública, assistência médica e saneamento.

§ 2.º — A inobservância das cláusulas reguladoras de concessões financeiras ou de prestação de serviços, inabilitará as entidades privadas para o recebimento de qualquer auxílio oficial.

Art. 5.º — A Secretaria de Saúde poderá firmar convênios de cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e paraestatais, bem como instituições e organizações internacionais da mesma finalidade, objetivando a instituição de novos serviços ou a melhoria, a ampliação ou a integração de atividade já existentes.

CAPÍTULO II Saneamento

Art. 6.º — As medidas de saneamento constituem obrigação do Estado, bem como das entidades públicas e particulares e das pessoas físicas.

Art. 7.º — A Secretaria de Saúde Pública no que lhe couber adotará providências para solução dos problemas básicos de saneamento.

Parágrafo Único — Estão sujeitos à orientação e à fiscalização da autoridade sanitária os serviços de saneamento, inclusive o de abastecimento de água e o de remoção de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, desde que os mesmos não sejam explorados por entidade autárquica estadual ou mista com capital estadual majoritário.

Art. 8.º — Todo o prédio, destinado à habitação, ou, para fins comerciais ou industriais, deverá ser ligado às redes de abastecimento de água e de remoção de dejetos, quando a exploração dos sistemas for estadual, municipal ou concedida.

§ 1.º — Os poços freáticos e tubulares profundos poderão ser lacrados sem inutilização, a critério da autoridade sanitária, onde existir rede pública de distribuição de água.

§ 2.º — No caso de inexistência das redes de abastecimento de água e remoção de dejetos, fica, o proprietário, responsável pela adoção de processos adequados, observadas as normas estabelecidas pelo órgão sanitário, cabendo ao usuário a responsabilidade pela conservação.

Art. 9.º — O controle da contaminação ou poluição de águas receptoras ou áreas territoriais, em consequência do lançamento de resíduos de qualquer natureza, compete à administração estadual, através de seus órgãos especializados, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser atribuída a terceiros.

§ 1.º — O lançamento de resíduos na atmosfera, em águas receptoras em áreas territoriais, somente será permitido quando não prejudicial à saúde e à ecologia.

§ 2.º — As águas residuárias que, por suas características físicas, químicas ou biológicas, alterem prejudicialmente a composição das águas receptoras, deverão sofrer adequado tratamento.

Art. 10 — Só poderão ser licenciadas ou expedidos certificados de habitabilidade, pela autoridade sanitária competente, desde que estejam de acordo com as Normas Técnicas Especiais estabelecidas, as construções, instalações ou reformas de:

- mercados e feiras livres;
- habitação em geral;
- hospitais, maternidades, casas de saúde, creches e estabelecimentos congêneres;
- estabelecimentos de ensino;
- estabelecimentos industriais e comerciais;
- locais de diversão e esporte;
- garagens e oficinas;
- farmácias, drogarias e herbanários;
- laboratórios de análises e de produtos farmacêuticos;
- salões de barbeiros, cabeleireiro e institutos de beleza;
- cocheiras, estábulos, cavalarias, pocilgas, galinheiros e outros locais para abrigo ou criação de animais;
- cemitérios, necrotérios e capelas mortuárias;
- estabelecimentos de qualquer espécie que produzam ou manipulem gêneros alimentícios; e,
- outros estabelecimentos não especificados, de interesse sanitário.

Art. 11 — Processar-se-ão em condições que não afetem a estética, nem tragam malefícios ou inconveniências à saúde e ao bem-estar coletivo ou do indivíduo:

- a coleta, a remoção e o destino do lixo;
- a drenagem do solo, como medida de saneamento do meio;
- o lançamento ao ar de substâncias estranhas, sob a forma de vapores, gases, poeiras ou qualquer substância incômoda ou nociva à saúde;
- a produção de ruídos;
- a construção e o uso de piscinas;
- a manutenção de áreas baldias;
- a produção, o acondicionamento, o transporte e o uso de substâncias tóxicas e ou radioativas.

Art. 12 — A Secretaria de Saúde Pública, na medida de suas possibilidades, fiscalizará a construção e o funcionamento de piscinas públicas e sociais.

Art. 13 — Sempre que houver aproveitamento de resíduos para industrialização e outros fins, compete à autoridade sanitária proceder ao exame dos mesmos, antes de autorizar a sua utilização.

Art. 14 — Os loteamentos de terreno com o fim de extensão ou formação de núcleos urbanos deverão obedecer aos requisitos de saneamento e higiene regulamentares.

CAPÍTULO III Higiene das Habitações

Art. 15 — As habitações e construções em geral obedecerão aos requisitos de higiene indispensáveis para a proteção da saúde dos moradores e usuários.

§ 1.º — As habitações, os estabelecimentos comerciais ou industriais, públicos ou privados e as entidades e instituições de qualquer natureza, são obrigados a atender aos preceitos de higiene e segurança do trabalho.

§ 2.º — Os projetos de construção de imóveis, destinados a qualquer fim, deverão prever os requisitos de que trata o presente artigo.

§ 3.º — A ocupação de um prédio ou parte de prédio, para moradia ou outro qualquer fim depende de autorização, posterior à verificação sanitária.

Art. 16 — O usuário do imóvel é o responsável, perante a Secretaria de Saúde Pública, pela sua manutenção higiênica.

Parágrafo Único — Sempre que as deficiências das condições higiênicas, pela sua natureza, não forem de responsabilidade do usuário ou do poder público, sê-lo-ão do proprietário.

Art. 17 — A Secretaria de Saúde Pública, através de Normas Técnicas fixará as condições de higiene exigidas para cada tipo de imóvel, ficando o proprietário obrigado a entregá-lo ao usuário, na forma do disposto neste artigo.

Art. 18 — Compete à Secretaria de Saúde Pública estabelecer o limite máximo do número de pessoas que possam ocupar, em parte ou no todo, hotéis, colônias de férias, pensões, internatos, asilos e estabelecimentos congêneres, destinados ou não à habitação coletiva.

Art. 19 — Compete à Saúde Pública, interditar ou determinar a demolição de toda a construção ou imóvel que, pela sua insalubridade, não ofereça as indispensáveis condições de higiene.

CAPÍTULO IV Higiene da Alimentação

Art. 20 — A Secretaria de Saúde Pública incumba a fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios e das matérias-primas usadas na sua produção, assim como dos locais e processos de produção, industrialização e comercialização.

Art. 21 — Os estabelecimentos comerciais e industriais onde sejam produzidos, preparados, recebidos, depositados, expostos à venda ou dados ao consumo, gêneros alimentícios, bem como aparelhos, máquinas, utensílios, recipientes e viaturas utilizadas no seu transporte e distribuição, serão mantidos em perfeitas condições de higiene.

§ 1.º — As instalações, equipamentos e utensílios referidos neste artigo deverão ser previamente aprovados pela autoridade sanitária.

§ 2.º — As pessoas que trabalharem nos estabelecimentos a que se refere este artigo ficarão sujeitas a exames periódicos de saúde, sendo vedada a atividade de pessoas portadoras de doenças transmissíveis ou de moléstias consideradas repelentes.

Art. 22 — Os gêneros alimentícios que sofram processo de acondicionamento ou industrialização, antes de serem dados ao consumo, ficam sujeitos a registro e exame prévio, bem como a análises fiscal e de controle.

Art. 22 — Só poderão ser oferecidos ao consumo, gêneros alimentícios em perfeito estado de conservação e que por sua natureza, manipulação e acondicionamento, não sejam nocivos à saúde.

Art. 24 — Sempre que constatada, mesmo pela simples inspeção organoléptica, a alteração, contaminação, adulteração ou falsificação de um produto alimentício, tornando-o impróprio para o consumo, será o mesmo apreendido, ficando o responsável sujeito às sanções regimentares, sem prejuízo de outras penalidades constantes da legislação vigente.

§ 1.º — Determinados produtos, considerados impróprios para o consumo humano, a juízo da autoridade sanitária, ao invés de serem inutilizados, poderão ser destinados à alimentação animal ou a fins industriais, desde que para isso se preste.

§ 2.º — O destino final dos produtos apreendidos, inutilizados, liberados para alimentação animal ou a fins industriais, será sempre fiscalizado pela autoridade sanitária.

Art. 25 — As infrações ocorridas na manipulação, comércio ou industrialização de gêneros alimentícios serão de inteira responsabilidade dos respectivos proprietários, salvo quando for manifesto o intento do dono ou má-fé dos seus empregados ou prepostos, caso em que, estes, serão os responsáveis.

Art. 26 — A Secretaria de Saúde Pública realizará inquéritos e pesquisas sobre alimentos e nutrição, nos seus aspectos relacionados com a saúde, divulgando os resultados colhidos e diligenciando na implantação de programas de incentivo à produção e à boa alimentação.

CAPÍTULO V Higiene Ocupacional

Art. 27 — A autoridade sanitária investigará e, em regime de cooperação com o órgão federal, fiscalizará:

- a) as condições sanitárias dos locais de trabalho;
- b) as condições de saúde do trabalhador;
- c) os maquinismos, os aparelhos e instrumentos de trabalho, bem como os dispositivos de proteção individual;
- d) as condições inerentes à própria natureza e ao regime de trabalho.

Art. 28 — As indústrias a se instalarem no território estadual deverão submeter ao exame prévio da autoridade sanitária o plano completo do lançamento de resíduos sólidos líquidos ou gasosos, sua destinação e as medidas tomadas para evitar os prejuízos da poluição e contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais ou da atmosfera.

Parágrafo Único. As indústrias já instaladas ficam obrigadas a promover as medidas necessárias para corrigir os inconvenientes da poluição e da contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais e da atmosfera, dentro do prazo fixado pela autoridade competente.

Art. 29. O órgão sanitário promoverá campanhas educativas e o estudo das causas de infortúnios de trabalho e de acidentes pessoais, indicando os meios de sua prevenção.

CAPÍTULO VI Doenças Transmissíveis

Art. 30. Compete à autoridade sanitária a execução e a coordenação de medidas visando a prevenção e o controle das doenças transmissíveis.

Art. 31. A autoridade sanitária determinará, em caso confirmado ou suspeito de doença transmissível, as medidas de profilaxia a serem adotadas.

Parágrafo Único. O controle das doenças transmissíveis abrangerá as seguintes medidas gerais:

- Notificação;
- Investigação epidemiológica;
- Isolamento hospitalar ou domiciliar;
- Tratamento;
- Controle e vigilância de casos, até a liberação;
- Verificação de óbitos;
- Exames periódicos de saúde;
- Desinfecção e expurgo;
- Assistência Social, readaptação e reabilitação;
- Imunização de suscetíveis e expostos;
- Profilaxia individual;
- Educação Sanitária;
- Saneamento;
- Controle de portadores e comunicantes;
- Proteção sanitária de alimentos;

XVI — Controle de animais com responsabilidade epidemiológica na patologia humana;

XVII — Estudos e pesquisas;

XVIII — Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado.

Art. 32. As medidas de isolamento e observação implicam em abono de faltas à escola ou serviço de qualquer natureza, público e privado, mediante expedição do competente atestado comprobatório.

Art. 33. Cabe à autoridade sanitária tomar medidas que objetivem a elucidação diagnóstica, podendo realizar exame cadavérico, viscerotomia ou necropsia, nos casos de óbito suspeito de ter sido causado por doença transmissível.

Art. 34. Sempre que se fizer necessário, a autoridade sanitária poderá exigir e executar provas imunológicas ou de esclarecimento de diagnóstico.

Art. 35. É obrigatória a apresentação de comprovantes das imunizações exigidas, nos seguintes casos:

- exercício de cargo ou função, pública ou privada;
- matrícula anual em estabelecimentos de ensino, de qualquer natureza;
- internamento ou trabalho em asilos, creches, pensionatos ou estabelecimentos similares;
- obtenção de carteira de identidade;
- registro individual de trabalho ou qualquer outra carteira oficialmente instituída.

§ 1.º. A juízo da autoridade sanitária a obrigatoriedade da vacinação poderá ser dispensada temporariamente, mediante atestado médico que justifique tal medida.

§ 2.º. Os atestados de vacinação serão fornecidos gratuitamente pelo órgão próprio de saúde pública.

§ 3.º. Em nenhum dos casos previstos neste artigo os atestados de imunização poderão ficar retidos pelo órgão ou autoridade que o exigiu.

§ 4.º. O atestado definitivo só será fornecido depois da última aplicação, para as imunizações que exigirem mais de uma dose de vacina ou, conforme o caso, quando comprovado seu aproveitamento.

Art. 36. Em caso de zoonoses de interesse da saúde pública a autoridade sanitária colaborará com o órgão competente, a fim de:

- observar os animais doentes;
- isolá-los ou submetê-los à observação;
- promover o tratamento ou sacrifício.

Art. 37. Cabe à autoridade sanitária promover junto aos órgãos competentes a matrícula e vacinação dos cães, gatos e demais animais domésticos ou domesticados que possam transmitir a raiva.

§ 1.º. Sempre que conveniente em benefício da saúde da comunidade, poderá ser determinada a imunização, a matrícula ou o sacrifício de qualquer animal.

§ 2.º. Os animais que não satisfizerem ao disposto no presente artigo serão apreendidos, ficando sob custódia pelo prazo que a regulamentação determinar.

CAPÍTULO VII Doenças Não Transmissíveis

Art. 38. A Secretaria de Saúde Pública compete planejar, coordenar, executar e orientar as providências, destinadas ao controle das doenças não transmissíveis de importância sanitária, especialmente o câncer, as afecções cardiovasculares, as doenças da nutrição e metabólicas, as intoxicações e outras.

Parágrafo Único. As doenças não transmissíveis, quando conveniente, poderão ser consideradas de notificação compulsória.

CAPÍTULO VIII Notificação Compulsória

Art. 39. Todo o caso confirmado ou suspeito de doenças que, por sua gravidade, incidência ou possibilidade de disseminação, exigir medidas especiais de controle, deverá ser notificado compulsoriamente à autoridade sanitária, dentro de 24 horas de seu conhecimento.

Art. 40. Serão compulsoriamente notificadas, no Estado do Paraná, as doenças previstas na legislação federal, além de outras que ofereçam interesse epidemiológico na região.

§ 1.º. A regulamentação desta lei, estabelecerá as doenças de que trata o presente artigo, bem como os responsáveis pela notificação.

§ 2.º. A notificação poderá ter caráter sigiloso.

Art. 41. A recusa comprovada e reiterada, por parte do médico, da comunicação de casos de doença notificável, será levada ao conhecimento do Conselho Regional de Medicina, sem prejuízo de sanções previstas na regulamentação desta lei.

Art. 42. O veterinário ou qualquer pessoa que verificar a ocorrência de zoonose transmissível ao homem, deverá notificá-la imediatamente, à autoridade sanitária.

CAPÍTULO IX Higiene Materna, da Criança e do Adolescente

Art. 43. A Secretaria de Saúde Pública, através de seus órgãos competentes, promoverá de modo sistemático e permanente em todo o território do Estado, a assistência sanitária à maternidade, à infância, à criança e à adolescência.

§ 1.º. O plano assistencial será estabelecido mediante estudos e pesquisas que envolvam todas as fases de atendimento, as suas deficiências e respectivas causas, especialmente as que disserem respeito à mortalidade materna ou da criança.

§ 2.º. A norma de execução incluirá programa de odontologia sanitária para gestantes, pré-escolares e escolares.

Art. 44. Compete à Secretaria de Saúde Pública, coordenar e estimular o desenvolvimento das atividades realizadas por entidades privadas que atuem dentro dos objetivos especificados no artigo anterior, fixando, quando necessário, as prioridades indicadas.

Art. 45. Além de outras atividades que se fizerem necessárias, o órgão sanitário promoverá:

- A verificação das condições sanitárias e de segurança dos locais e estabelecimentos do ensino público e privado;
- o controle do estado de saúde do pessoal docente e administrativo dos estabelecimentos referidos na alínea a;
- o controle do estado de saúde do pessoal discente, visando, principalmente, a descoberta precoce e respectiva correção de deficiências físicas, mentais, nutricionais e dentárias, como também, a prevenção da disseminação de doenças transmissíveis no escolar;
- o controle da alimentação distribuída a escolar em regime de internato, bem como da supletiva, fornecida por estabelecimento de ensino;

e) — a difusão do ensino de higiene nas escolas, como parte de um sistema competível de educação sanitária.

Art. 46. O órgão específico da Secretaria de Saúde Pública, promoverá a criação e o desenvolvimento de atividades de assistência pré-nupcial, pré-concepcional, pré-natal, e à criança, até a adolescência.

CAPÍTULO X Saúde Mental

Art. 47. A cargo da Secretaria de Saúde Pública a Saúde Mental compreende atividade de higiene mental e de assistência psiquiátrica.

Parágrafo único. Na luta contra as doenças mentais dar-se-á ênfase especial ao diagnóstico precoce, ao tratamento e às medidas profiláticas, procurando reduzir ao mínimo os internamentos em estabelecimentos nosocomiais.

Art. 48. O psicopata será assistido em instituições ou serviços especializados, públicos ou particulares, estes mediante convênio, ou em regime de assistência familiar ou hetero familiar, quando indicado.

Art. 49. É defeso a pessoas sem habilitação legal para o exercício da profissão praticar técnicas psicológicas com fundamentos em processos de sugestão capazes de influenciar o estado mental de indivíduos ou coletividade, ainda que sem finalidade de proteção ou recuperação de saúde.

Art. 50. Somente poderá ser classificado como doente mental nos estabelecimentos nosocomiais especializados, aquele que como tal for reconhecido após observação e esclarecimento de diagnóstico.

Art. 51. Visando a profilaxia das doenças mentais, o órgão sanitário promoverá as medidas indispensáveis à repressão ao alcoolismo, às toxicomanias, ao uso indiscriminado de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas.

CAPÍTULO XI Fiscalização da Medicina e Profissões Afins

Art. 52. O órgão sanitário estadual fiscalizará, de conformidade com o que estatui a legislação federal:

- a) — o exercício da medicina, da odontologia, da farmácia, de medicina veterinária, de enfermagem e de outras profissões relacionadas com as mesmas;
- b) — os estabelecimentos que se relacionam com as profissões constantes do artigo;
- c) — a produção e o comércio de drogas e produtos terapêuticos, de material cirúrgico, ortopédico e de uso nas profissões mencionadas no artigo; de desinfetantes, inseticidas, cosméticos e produtos de toucador;
- d) — o uso e o comércio de substâncias tóxicas e entorpecentes.

Art. 53. No desempenho da ação fiscalizadora, a autoridade sanitária licenciará e inspecionará os estabelecimentos em que sejam produzidos, manipulados ou comercializados os produtos e substâncias referidas no artigo anterior, podendo colher amostras para análise, realizar apreensão ou inutilização daqueles que não satisfizerem às exigências regulamentares ou forem utilizados ilegalmente.

Art. 54. Os diplomas, títulos, graus ou certificados que, na forma da lei federal, capacitem seus portadores ao exercício das profissões relacionadas com a prevenção e tratamento de doenças, serão obrigatoriamente registrados no órgão estadual de saúde pública.

Parágrafo único. Os indivíduos que exerçam qualquer atividade relacionada com a medicina e profissões afins, sem possuírem título devidamente registrado, estão sujeitos às sanções legais.

CAPÍTULO XII Defesa Sanitária Internacional

Art. 55. Compete à autoridade sanitária estadual observar e fazer observar, na área estadual, as determinações e códigos sanitários internacionais, regulamentos, acordos e convênios subscritos pelo Brasil.

CAPÍTULO XIII Educação Sanitária

Art. 56. A Secretaria de Saúde Pública estabelecerá programas de educação sanitária, utilizando os recursos capazes de criar ou modificar hábitos e comportamento do indivíduo em relação à saúde.

Parágrafo único. Quando organizados ou executados por particulares ou entidades da administração estadual, os trabalhos de educação sanitária serão orientados pelo órgão sanitário competente.

Art. 57. A educação sanitária é considerada meio indispensável para o êxito das atividades de saúde, desenvolvidas em nível central, regional ou local.

Parágrafo único. A educação sanitária será objeto de ensino e difusão pelos professores, visando os indivíduos em formação, mais suscetíveis à criação e conservação de hábitos ou comportamentos relacionados com a defesa da saúde.

CAPÍTULO XIV Estatística

Art. 58. O órgão sanitário estadual obterá, coletará, analisará e divulgará os dados estatísticos relacionados com a saúde.

Art. 59. Os estabelecimentos de saúde, oficiais e privados, os serviços de verificação de óbitos, os hospitais e estabelecimentos congêneres, os organismos perahospitais, os cartórios de registros públicos e outros que colem dados, fornecerão ao órgão próprio de estatística os elementos e informes indispensáveis.

Parágrafo único. O não cumprimento dessa exigência impedirá o recebimento de auxílio ou subvenção oficial, independente de outras penalidades a que estiver sujeito o estabelecimento faltoso.

CAPÍTULO XV Serviços de Laboratório

Art. 60. O órgão de Saúde Pública disporá de uma instituição destinada a:

- I — realizar os exames e investigações nos campos microbiologia, parasitologia, micologia, imunologia, sorologia, química, bromatologia, e patologia, inclusive água, higiene industrial, controle de radioatividade e outros de interesse médico sanitário;
- II — preparar produtos imunizantes;
- III — estabelecer padrões, métodos e técnicas;
- IV — instituir e superintender laboratórios de Saúde Pública nas regiões e Unidades Sanitárias previstas pelo órgão próprio;

V — cooperar com a Escola de Saúde Pública nos programas de ensino técnico de laboratório.

CAPÍTULO XVI Assistência Médico-Hospitalar

Art. 61. A Secretaria de Saúde Pública promoverá o aprimoramento técnico e material dos estabelecimentos hospitalares em geral e estimulará a criação de novas unidades onde necessárias.

Parágrafo único. Os projetos de construção, modificação ou reforma de hospitais ou estabelecimentos congêneres, bem como o seu início de funcionamento, depende de aprovação ou autorização da autoridade sanitária.

Art. 62. Os hospitais e estabelecimentos congêneres que receberem auxílios financeiros do Estado, ficam obrigados a manter a disposição dos órgãos de saúde um mínimo de leitos disponíveis, segundo disposições baixadas pelo órgão competente.

Parágrafo único. Os estabelecimentos hospitalares mencionados no artigo serão organizados de acordo com o princípio de integração regionalização constantes do plano sanitário.

CAPÍTULO XVII Preparação do Pessoal Técnico

Art. 63. A Secretaria de Saúde é competente através do seu órgão especializado, para preparar pessoal técnico destinado aos serviços de Saúde Pública em consonância com a legislação federal específica.

Art. 64. A formação e o aperfeiçoamento de pessoal técnico são fundamentais e indispensáveis para a execução de programas de saúde do Estado.

Parágrafo único. O ingresso em cargos ou funções de saúde pública, para as quais sejam necessários conhecimentos especializados, estará condicionado, além das demais exigências legais à apresentação de títulos comprobatórios de curso de aperfeiçoamento.

Art. 65. O órgão sanitário estimulará os órgãos especializados públicos ou privados, como fim de manter, regularmente, cursos de interesse técnico e científico, para desenvolvimento de suas atividades sanitárias.

Art. 66. O órgão sanitário poderá exigir a apresentação de diploma ou certificado de conclusão de cursos de extensão e especialidade, para ocupantes de cargos e funções dos serviços de saúde, para cujo exercício sejam necessários conhecimentos técnicos especializados.

CAPÍTULO XVIII Da Carteira Sanitária

Art. 67. A Carteira Sanitária é o documento expedido pelo órgão sanitário competente, após exame de saúde, periodicamente realizado.

§ 1.º Destina-se a Carteira Sanitária a comprovar condições satisfatórias de saúde para os indivíduos que manipulam gêneros alimentícios, ou que desempenham funções que exijam contato direto e permanente com o público em geral.

§ 2.º Além dessa finalidade básica a Carteira Sanitária poderá conter informações sobre imunizações realizadas, tipo sanguíneo, fator Rh, glicemia, reações alérgicas e outras de interesse clínico.

Art. 68. As atividades em que será obrigatoriamente exigida a Carteira Sanitária serão objeto de regulamentação específica.

Art. 69. A Carteira Sanitária poderá ser denegada, suspensa ou invalidada, quando for confirmado ou houver suspeição de portador de doença transmissível.

CAPÍTULO XIX Das Penalidades

Art. 70. Para qualquer infração às disposições estatuídas nesta lei desde que lavrado o auto de infração, a autoridade sanitária expedirá intimação ou notificação, que servirá de base ao processo administrativo da contravenção.

Art. 71. A infração às normas em vigor serão punidas com as seguintes penalidades:

- a) — multa;
- b) — apreensão;
- c) — inutilização;
- d) — interdição temporária;
- e) — interdição definitiva.

Art. 72. As multas serão arbitradas em grau mínimo, médio ou máximo. Parágrafo único. Para aplicação de grau arbitrado, deverá ser considerado:

- a) — a maior ou menor gravidade da infração;
- b) — as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- c) — os antecedentes do infrator, com relação ao disposto nesta lei, ou na sua regulamentação.

Art. 73. As infrações do disposto nesta lei ou seu regulamento serão punidas com multa de 1/10 a três salários mínimos vigentes no Estado, calculados pela média e arredondados as frações do cruzeiro.

Parágrafo único. Se as multas não estiverem pagas até a ocasião da renovação anual da licença sanitária, esta não será concedida.

Art. 74. Em caso de reincidência a multa será aplicada ao dobro da anterior, ficando ainda o infrator, conforme a gravidade da infração, sujeito à cassação temporária ou definitiva da licença, com suspensão de suas atividades.

§ 1.º. Considera-se reincidência, a repetição da infração pela mesma pessoa física ou jurídica, que poderá ser novamente autuada, se o processo anterior já tiver passado ou julgado e recebido decisão condenatória.

§ 2.º As omissões ou incorreções de autos não acarretarão nulidade, quando no processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração ou do infrator.

§ 3.º A autoridade imediatamente superior é competente para conhecer de recursos interpostos à aplicação de penalidade.

Art. 75. A imposição de penalidade por infração do disposto na presente lei, não isenta o infrator de ação penal que no caso couber.

CAPÍTULO XX Disposições Gerais e Transitórias

Art. 76. A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia, mediante identificação e uso das formalidades legais, em todas as habitações, particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos, neles fazendo observar o cumprimento das leis e regulamentos vigentes.

§ 1.º Nos casos de oposição à visita ou inspeção a autoridade sanitária intimará o proprietário, locatário morador administrador ou seus procuradores a facilitar a visita imediatamente ou dentro de 24 horas, conforme a urgência.

§ 2.º Persistindo o embaraço a autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade judicial, esgotadas as medidas de conciliação, sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 77. Dentro de 60 (sessenta) dias o Chefe do Poder Executivo expedirá decreto aprovando o regulamento da presente lei.

Art. 78. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

52/74

Curitiba 15 de agosto de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 22 de maio de 1974 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES
Governador do Estado

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba.

Aos 22 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Excmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antonio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado perante o Excmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro (assinatura ilegível) — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba — consoante autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 295, de 04-12-73 — daqui por diante denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Dinizar Ribas de Carvalho, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 6.347/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Telêmaco Borba, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas — estas em número de 6 (seis) —, área global de 491,38 m² (quatrocentos e noventa e um metros e trinta e oito decímetros quadrados), inclusive muros (vedação e ornamento), acessos e passeios e ajardinamento, observados os Projetos/D.E.O.E. n.ºs 5.776 (01 a 04) e 5.328, e as Especificações/D.E.O.E. n.ºs. 26-73, 27-71 e 28-71.

1.2 — O valor global aprovado para a obra objeto deste convênio é o de Cr\$ 324.249,14 (trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e quarenta e nove cruzeiros e quatorze centavos), observado o disposto na Cláusula Segunda, item 2.2

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno transferido por doação, do patrimônio do Município de Telêmaco Borba para o patrimônio do Estado, de acordo com escritura pública transcrita sob n.º 4.348 às fls. 109 do Livro 3-B de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Telêmaco Borba, terreno esse constituído dos lotes n.ºs. 16, 17, 18 e 19 (dezesseis, dezessete, dezoito e dezenove) da quadra n.º 86 (oitenta e seis) da planta "Loteamento Cidade Nova", da cidade de Telêmaco Borba, perfazendo a área global de 1.766,70 m² (um mil, setecentos e sessenta e seis metros e setenta decímetros quadrados).

2.2 — A obra será executada por intermédio do Departamento, mediante contratação com a firma "Engesul — Construção Civil Ltda.", desta Capital, nos termos do vencido no processo de protocolo n.º 6.347/73 — D.E.O.E., referido no preâmbulo deste instrumento, originário da Tomada de Preços realizada pelo Edital n.º 101/73 — D.E.O.E.

2.2.1 — A contratação será formalizada mediante contrato de empreitada celebrado com base na minuta — padrão em vigor no Departamento, e pelo valor global determinado na Cláusula Primeira, item 1.2 (Cr\$ 324.249,14), estipulando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos para a conclusão da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento), do valor global determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — Para os efeitos desta Cláusula foi extraído em 04-3-74 pela Prefeitura Municipal, o empenho de verba sob n.º 637, no valor de Cr\$ 197.124,57 (cento e noventa e sete mil, cento e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta e sete centavos), à conta do Sub-Programa 7.3, Projeto 2.15, Código 6.2.1 — Dotação 4.1.1.5 — 25 do Orçamento do Município de Telêmaco Borba para o Exercício Financeiro de 1974.

3.1.2 — Para os efeitos desta cláusula, identicamente, foi extraído em 06-5-74, pela Secretaria da Segurança, o empenho de verba sob n.º 42/74 no valor de Cr\$ 197.124,57 (cento e noventa e sete mil, cento e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta e sete centavos), à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73).

3.2 — Os pagamentos à Empreiteira, conseqüentes da execução da obra, dar-se-ão por meio de faturas devidamente processadas junto ao Departamento, e em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — Cr\$ 39.424,91 (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros e noventa e um centavos) quando executadas a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame;

3.2.2 — Cr\$ 78.849,83 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas;

3.2.3 — Cr\$ 78.849,83 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) quando executados a alvenaria de tijolos, a cobertura, a funilaria e as lages;

3.2.4 — Cr\$ 78.849,83 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias;

3.2.5 — Cr\$ 78.849,83 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura;

3.2.6 — Cr\$ 39.424,91 (trinta e nove mil quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros e noventa e um centavos) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte.

3.3 — Os pagamentos concernentes às parcelas especificadas nos sub-itens 3.2.1, 3.2.3 e 3.2.5 ocorrerão diretamente por intermédio do Departamento de Fazenda da Prefeitura Municipal enquanto que os concernentes às parcelas especificadas nos sub-itens 3.2.2, 3.2.4 e 3.2.6 ocorrerão diretamente por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, para cuja finalidade o Departamento encaminhará formalmente, nas devidas oportunidades, as contas da Empreiteira regularmente processadas e certificadas.

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, e com vistas a disposição que necessariamente constará do contrato de empreitada a ser celebrado entre o Departamento e a Empreiteira a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra o Departamento providenciará a colocação em local de sua execução que propicie fácil visibilidade placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencendo estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surjam.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Subsidiariamente se aplicarão, ao presente convênio, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

CLÁUSULA NONA — Da Rescisão de Convênio Anterior

9.1 — Em face do que se acha convenicionado no presente considera-se rescindido, para todos os efeitos, o convênio firmado em 23-10-72 entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, referente à construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia em Telêmaco Borba.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

a) Mário Carneiro Portes

Secretário da Segurança Pública do Estado

a) (Assinatura ilegível)

Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

a) Dinizar Ribas de Carvalho

Prefeito Municipal de Telêmaco Borba

a) Antonio Lopes de Noronha

Diretor da Polícia Civil

a) Rolf Lunkmoss de Christo

Diretor Geral do D.E.O.E.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 196-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente, o Projeto de Lei n.º:

102-74, Criando de Mensagem Governamental sob o n.º 34-74, que dispõe sobre os vencimentos dos Cargos de Escrivas Oficiais de Justiça, do Quadro da Justiça e dá outras providências. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 109-74.

— de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.º 76-73 e de Lei n.ºs. 444-63, 90-70, 02-73, 43-74 e 31-74.

Requerimento

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Beno Rockembach, ocorrido em União da Vitória.

Figura das mais conhecidas e conceituadas naquele Município, sendo pro-

genitor do Senhor Arlindo Rockembach atual Prefeito de Bituruna, deixa seu falecimento uma lacuna difícil de ser preenchida no rol daqueles que ajudaram no progresso, pela dedicação e trabalho.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mustafa Aiax, ocorrido no dia 21 de agosto de 1974, na cidade de Marumbi.

O extinto era progenitor de família numerosa naquela comuna, entre eles o Juiz de Paz, Senhor Ali Aiax.

Solicita ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo passamento do Senhor Emilio Riche, ocorrido em União da Vitória.

Pessoa radicada naquela cidade há 40 anos e largamente relacionada, resente-se a comunidade pela perda irreparável, visto ter o Senhor Emilio Riche, exercido o mandato de Vereador com dedicação e probidade.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata, um voto de congratulações ao Poder Executivo Estadual, pela observância de dispositivos legais expressos na Lei n.º 6212, Art. 17, de 9 de agosto de 1971, a qual dispõe sobre a incorporação do "Prêmio de Produtividade" aos proventos de aposentadoria dos funcionários do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

(a) — Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

Tivemos grande satisfação ao lermos, no Diário Oficial do Estado do dia 19 do corrente, um Decreto Governamental, retificando Decreto anterior, que concede aposentadoria a um funcionário do D.R.I.

Ao confrontarmos citos decretos, constatamos que o primeiro, datado de 13 de junho de 1973, não havia sido incorporado nos proventos o prêmio de produtividade.

Agora porém, o Poder Executivo, através dos órgãos competentes, ouve por bem corrigir aquela falha, com a expedição de novo Decreto, incorporando esse justo benefício e que por certo será extensivo aos demais funcionários, nas mesmas condições, que por motivos que desconhecemos não foram beneficiados por diversas vezes ocupamos esta Tribuna para reivindicar essa medida, uma vez que a mesma encontra-se expressa na Lei n.º 6212, de 9 de agosto de 1971.

Em 31 de outubro de 1973, encaminhamos, ao Senhor Governador, veementemente o sentido de que fossem tomadas as necessárias providências para a implantação desse justo benefício, podendo, agora, constatar que o entendimento foi estabelecido, possibilitando aos aposentados a incorporação, nos proventos de inatividade, de um benefício auferido no pleno exercício da função pública, mas do qual se viam privados na aposentadoria. A providência administrativa, pelos motivos arguidos, se faz merecedora da iniciativa substanciada neste requerimento.

Requerimento

SUMULA: "Requer seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, na forma "e como especifica".

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Paulo Aguiar, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, para que se digno mandar incluir no Plano de Obras do ano de 1975, a implantação de pavimentação asfáltica da PR-88, trecho compreendido entre Astorga-Iguaraçu.

Aquela artéria estadual, responsável pelo escoamento das abundantes safras da região, teve seus serviços de asfaltamento implantado em quase a totalidade de sua extensão, ficando, porém, sem a melhoria desejada no referido trecho, o que vem prejudicando enormemente não só os agricultores de Iguaraçu, como de resto toda sua população, o seu Município e o próprio Estado.

Assim, pois, atendido o apelo ora formulado, não resta qualquer dúvida que se corrigiria uma lacuna, trazendo, por via de consequência, inúmeros e reais benefícios à região em tela.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

(a) Muggiati Filho

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 131/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

(a) Haroldo Bianchi

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, presta inestimáveis serviços a todo o Paraná há mais de doze anos, possuindo em seus currículos os Cursos de Pedagogia, História, Letras, Matemática e recentemente, Ciências Biológicas.

Nela frequentam mais de 1.500 alunos, matriculados nos seus diversos cursos, provindo das mais distantes cidades da vasta região do Norte Pioneiro, como também de inúmeros municípios do vizinho Estado de São Paulo.

A Faculdade está construindo um prédio de arquitetura moderníssima, com amplas instalações e o patrimônio em material de laboratório de pesquisas e de estudos para os diversos cursos, é o mais completo.

Nas condições acima expostas e pela razão maior de ser o Curso de Psicologia um dos mais solicitados, nas Universidades brasileiras, com amplo mercado de trabalho, que se pode descortinar, pelo emprego cada vez mais acentuado, de métodos psicológicos, na indústria, no comércio e mesmo na administração pública, quer nos parecer das mais justas e oportunas a matéria do presente Plano de Lei, motivo pelo qual contamos com o indispensável apoio dos Nobres Deputados, com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente Srs. Deputados.

Um dos assuntos muito debatidos nesta Casa e que, de uma certa forma, está sendo solucionado no Paraná, muito demoradamente, é o problema de terras deste Estado.

Participamos recentemente de um encontro de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região Oeste do Estado, realizado em Cascavel e, nesta oportunidade, trazemos o pronunciamento dos Presidentes desses Sindicatos e o relatório que os mesmos trouxeram ao nosso conhecimento para que seja encaminhado ao Presidente da República através de expediente que passamos a ler neste momento: (Le)

"Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ter participado de Reunião com os representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região Oeste do Paraná, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência Ministro da Agricultura, Doutor Alisson Paulinelli, o teor deste documento, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes, no sentido de que sejam solucionados problemas cruciantes que estão ocorrendo em terras do Oeste do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

Na Região Oeste do Paraná estão as terras mais férteis de nosso Estado, e ali vivem milhares de trabalhadores rurais, pequenos produtores que, num ingente esforço vêm dando a sua parcela de colaboração, produzindo para que a Nação seja mais rica. Entretanto, é de se considerar que esses trabalhadores vivem em situação verdadeiramente alijada, pois se constitui em um fato público e notório as arbitrariedades e violências que quase diariamente são cometidas contra eles e suas famílias, por aqueles que se julgam "proprietários" das terras.

Tais trabalhadores vêm ocupando e trabalhando a terra por longo tempo, alguns dos quais, há mais de trinta anos.

Chegaram na Região, ainda íngreme, desbravaram a mata, construíram casas de moradia, manguieiros, cercas e paiais, enfim, iniciaram a vida trabalhando arduamente, para o sustento de suas famílias, sem nenhum amparo ou incentivo. Hoje, a Região desenvolveu-se, de maneira assustadora, projetando no Cenário Nacional uma imagem de invejável progresso. Por isso, muitos, que por meio, que não se sabe discutir como, haviam conseguido títulos de propriedade dessas terras, para cá vieram, e escudados em jagunços — pistoleiros profissionais — conseguiram expulsar das terras muitas famílias. Centenas de famílias ficaram ao desabrigo; foram despojadas dos seus bens e outras tiveram suas propriedades destruídas pelo fogo. Vidas de trabalhadores foram brutalmente ceifadas.

Em outra Região de nosso Estado o Governo Federal realizou louvável trabalho, quando, através do Grupo GETSOP, desapropriou terras e entregou-as aos trabalhadores, aqueles a quem cabia por direito e justiça. Nessa oportunidade milhares de trabalhadores receberam seus títulos de propriedade e passaram a trabalhar e viver tranquilos e felizes.

Ali, no Oeste do Paraná, entretanto, quando os Decretos nrs. 73.810, 73.811 e 73.812, de 12 de março de 1974, indicaram extensas áreas situadas nos municípios de Cascavel, Barracão e Palotina para serem desapropriadas, houve, na região, verdadeiro tumulto, ocasião em que novo clima de intranquilidade e de violências se estabeleceu. Os "proprietários" das terras estão coagindo aos trabalhadores a assinarem documentos desistindo dos seus direitos, e mediante ameaça com arma de fogo, estupidamente procuram desalojá-los de suas terras.

As terras são de domínio da União:

A área é Faixa de Fronteira, portanto, pertencente à União, consoante se depreende do Decreto-Lei 2.597, de 12 de setembro de 1955. Assim pode e cabe à União tomar medidas urgentes no sentido de entregar efetivamente as terras aos pequenos produtores, dando-lhes condições de criarem seus filhos num clima de paz, e de contribuírem para a riqueza cada vez maior de nossa Nação. Estamos certos de que a Região será pacificada só e tão somente com a interferência Federal.

Os trabalhadores que vivem há longos anos em pequenas áreas situadas principalmente nos municípios de Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Céu Azul, Cascavel, Catanduvas, Santa Helena, Toledo, Palotina (Gleba 5.000) e Nova Aurora, estão em constante sobressalto, pois, de uma hora para outra surgem pessoas ameaçando despejá-los de suas propriedades, por meios ilícitos e violentos.

Não poderíamos deixar aqui de louvar a forma com que o INCRA vem desenvolvendo o trabalho de entrega de títulos. Contudo, o que nos preocupa é a morosidade com que isto vem sendo feito, tanto assim que, sem exagero algum, quando são resolvidos problemas de uma região, no mesmo instante estão surgindo outros mais graves e mais violentos.

Nesse sentido, tomamos a liberdade de sugerir ao INCRA a criação de duas Sub-Delegacias dentro das áreas conflitantes, para estudo e apreciação dos problemas existentes, uma na Região Oeste do Paraná, com Sede no Município de MEDIANEIRA e a outra no Sudoeste do Estado, com Sede no Município de SANTO ANTONIO DO SUDOESTE.

Termos em que.

P. Deferimento.

Curitiba, 28 de agosto de 1974.

(a) Lázaro Dumont.

Sr. Presidente Srs. Deputados. Nós estamos, inclusive reivindicando também do INCRA, a reformulação do Decreto que desapropriou a Gleba Flores e Possessões, para que seja anexada a esta uma área de 10 a 15 mil alqueires, para sanar definitivamente os problemas da área, assim como da Gleba Guai-racá que atinge vários municípios do Paraná, para acabar com uma vergonha para o Estado do Paraná que ocupou tantas manchetes por este Brasil afora, como o Estado sem dono, como o Estado dos jagunços.

Era isto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48-74, de autoria do Deputado Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Engenheiro Arturo Andreoli. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes, visando sejam solucionados problemas cruciantes que estão ocorrendo em terras do Oeste do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., no sentido de que seja incluído no Plano de Obras do ano de 1975,

a implantação de pavimentação asfáltica da PR-88, trecho compreendido entre Astorga e Iguaraçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mustafá Aiax, ocorrido na cidade de Marumbi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 109-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Poder Executivo, pela observância de dispositivos legais expressos na Lei n.º 6.212, a qual dispõe sobre a incorporação do "Prêmio de Produtividade" aos proventos de aposentadoria do D.R.I. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Riche, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.º 76-73 e de Lei nrs. 444-68, 9-70, 2-73, 31-74 e 43-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Beno Rockenbach, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.